



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

PROVA OBJETIVA GABARITADA

INSTRUÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES ABAIXO!

01. A identificação do candidato dar-se-á mediante o número da inscrição, lançado em todas as páginas, pelo próprio candidato, na parte superior direita do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS. Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. Caderno de Provas, bem como, Caderno de Resposta e Gabarito sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.

02. No cartão GABARITO preencha o número de inscrição assinalando-o conforme modelo abaixo:

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 0017

0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 0173

0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

03. Confira se o CADERNO DE PROVAS contém:

- a) 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva, cada uma com 04 (quatro) assertivas;
- b) 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- c) 01 (um) tema para a Dissertação.

04. Confira se o CADERNO DE RESPOSTAS contém:

- a) Folha de resposta com 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- b) Folha de resposta destinada à Dissertação do tema proposto.

05. Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada QUESTÃO OBJETIVA.

06. Preencha o cartão “GABARITO” com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo integralmente o espaço correspondente à alternativa. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

07. As respostas das QUESTÕES SUBJETIVAS e a DISSERTAÇÃO devem ser em letra legível e a caneta.

08. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVAS, tão pouco, do CADERNO DE RESPOSTAS e cartão “GABARITO”.

09. Na avaliação das questões subjetivas e dissertativas, considerar-se-á o conteúdo jurídico correspondente ao requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, a gramática e ortografia.

10. Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- a) Rasura do cartão GABARITO;
- b) Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão no cartão GABARITO;
- c) Marcação incorreta no cartão GABARITO da resposta para a questão;
- d) Marcação das respostas a lápis no cartão GABARITO; e
- e) Ausência de qualquer marcação para a assertiva no cartão GABARITO.

11. Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão subjetiva e/ou dissertação:

- a) Escrita a lápis no CADERNO DE RESPOSTAS (serão consideradas apenas repostas à caneta). Respostas escritas no Caderno de Provas não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para o CADERNO DE RESPOSTAS;
- b) Sem oferta de resposta escrita (em branco); e
- c) Respondidas incorretamente.

12. O candidato não deve: riscar, rasurar, amassar, dobrar, sujar o CADERNO DE RESPOSTAS e cartão “GABARITO”. A leitura ótica do cartão poderá restar prejudicada.

13. O tempo de duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões no CADERNO DE PROVAS, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (Questões Subjetivas e Dissertação) e do cartão “GABARITO”.

14. É vedado qualquer tipo de consulta (seja de legislação “seca”, “comentada” ou “anotada”, doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários, etc).

15. Não será admitido ao candidato:

- a) A entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógio, calculadora ou qualquer outro dispositivo eletrônico;
- b) O uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se os óculos contiver grau.

16. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

17. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

18. Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE PROVAS, no CADERNO DE RESPOSTAS, bem como, no cartão “GABARITO”. Após conferência, entregar ao fiscal e assinar a folha de presença, certificando a entrega.

19. O CADERNO DE PROVAS não será disponibilizado para o candidato levar para casa. Se necessário, o candidato poderá solicitar, por escrito, a vista do CADERNO DE PROVAS, CADERNO DE RESPOSTAS, junto à Coordenação dos Estágios, localizada no Prédio Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, localizado na Avenida Santos Dumont, nº 710, São Pedro, nesta Capital, no horário das 8 às 12 e 14 às 18 horas.

Após homologação do certame, todos os documentos dos candidatos e cadernos de prova e de resposta serão destruídos.

Boa Vista, 20 de novembro de 2016.

Boa Prova



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

**N
Ã
O**

**U
T
I
L
I
Z
A
R**

**E
S
T
E**

**E
S
P
A
Ç
O**



XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. Sobre a aplicação da lei penal, é CORRETO afirmar:

- A) A lei penal nunca pode retroagir.
- B) **Pelo princípio da legalidade, não há crime sem lei anterior que o defina.**
- C) Ocorre a chamada *abolitio criminis* quando a lei nova passa a incriminar fato que anteriormente não era considerado ilícito penal.
- D) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.

2. Extingue a punibilidade:

- A) Morte do agente, extravio dos autos e sentença absolutória.
- B) Decadência, perdão judicial e livramento condicional.
- C) Perempção, anistia e *novatio legis in melius*.
- D) **Prescrição, graça e indulto.**

3. Diz-se que o crime é “tentado” na hipótese de:

- A) **Não consumação por circunstâncias alheias a vontade do agente.**
- B) Desistência voluntária.
- C) Arrependimento posterior.
- D) Erro sobre a pessoa.

4. Em uma tarde de domingo, João e Pedro escalam o muro da residência de Tício, com 3 metros de altura, entram no imóvel pela porta da frente, que estava destrancada, apanham vários bens e os levam para a rua, mas quando estão indo embora são surpreendidos por Tício chegando em casa. Eles obtêm êxito na fuga, mas na pressa de correr derrubam quase todos os objetos, inclusive uma pequena faca pertencente a João, e conseguem subtrair apenas uma televisão. Qual crime João e Pedro praticaram?

- A) **Furto consumado, qualificado pelo concurso de pessoas e escalada.**
- B) Furto tentado, porque não conseguiram levar todos os objetos retirados da residência.
- C) Furto consumado, qualificado só pelo concurso de pessoas porque a porta da casa não estava trancada.
- D) Roubo, porque João estava portando uma faca.

5. Marcos, pretendendo matar seu vizinho, faz um disparo de arma de fogo em direção a ele, mas não consegue atingi-lo. Marcos responderá por:

- A) **Tentativa de homicídio.**
- B) Tentativa de lesão corporal.
- C) Contravenção penal de perturbação da tranquilidade.
- D) Não responderá por crime nenhum, pois nem chegou a atingir o vizinho.



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

6. Considere as seguintes assertivas:

I - As penas do crime homicídio no trânsito são aumentadas quando o condutor causador do acidente não possui Carteira de Habilitação.

II - Quem guarda arma de fogo de um amigo em sua casa, sem autorização legal para tanto, não responderá pelo crime de posse irregular se declarar o nome do proprietário no momento em que o armamento for encontrado.

III - O tipo penal do art. 33 da Lei 11.343/06 é considerado crime de ação múltipla ou de conteúdo variado, porque contém várias modalidades de conduta, em vários verbos, qualquer deles caracterizando a prática do crime.

IV - A Lei Maria da Penha considera formas de violência doméstica e familiar contra a mulher apenas a violência física que resulte lesão grave ou gravíssima.

Marque a opção CORRETA:

- A) Os itens I, II e III.
- B) Os itens II e IV.
- C) Os itens I, III.
- D) Somente o item III.

DIREITO CIVIL

7. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, EXCETO:

- A) Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- B) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- C) Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham discernimento reduzido.
- D) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

8. Sobre os direitos de personalidade, assinale a opção INCORRETA:

- A) Os direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- B) Quando não houver intenção difamatória, o nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações, mesmo sem a autorização.
- C) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- D) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

9. Em relação as pessoas jurídicas, assinale a opção CORRETA:

- A) As autarquias, inclusive as associações públicas, são pessoas jurídicas de direito público interno.
- B) As empresas individuais de responsabilidade limitada são pessoas jurídicas de direito público interno.
- C) Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto no Código Civil.
- D) As pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se exclusivamente por legislação específica.



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

10. Quanto ao domicílio, assinale a opção CORRETA:

- A) Nos contratos escritos, não poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
- B) Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, o domicílio para as relações que lhe corresponderem será o declarado pelo profissional.
- C) O lugar onde a pessoa for encontrada não pode ser considerado como domicílio, ainda que esta não tenha residência habitual.
- D) **Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.**

11. Consideram-se móveis para os efeitos legais, EXCETO:

- A) As energias que tenham valor econômico.
- B) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- C) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- D) **O direito à sucessão aberta.**

12. Sobre a filiação, assinale a opção INCORRETA:

- A) Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- B) **Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, sendo tal ação prescritível no prazo de cinco anos, a contar do nascimento.**
- C) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.
- D) Não basta a confissão materna para excluir a paternidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Acerca do Direito Processual Penal é INCORRETO afirmar que:

- A) Os princípios do contraditório e ampla defesa, para a maioria doutrinária não são sinônimos, sendo que o primeiro serve tanto à acusação quanto à defesa, e o segundo gera direitos exclusivos do réu.
- B) **O princípio do duplo grau de jurisdição serve também ao direito processual penal, por estar expressamente previsto na Constituição Federal.**
- C) A norma processual penal não está sujeita à restrição da irretroatividade da lei mais gravosa ao réu.
- D) O processo penal admite interpretação extensiva e aplicação analógica.



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

14. Sobre inquérito e ação penal indique a opção CORRETA:

- A) O inquérito policial tem natureza jurisdicional, razão pela qual só pode ser arquivado por determinação judicial.
- B) Para a jurisprudência e doutrina majoritárias, a falta de contraditório e ampla defesa acarreta a nulidade do inquérito policial.
- C) O inquérito policial deverá terminar no prazo de dez dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante (com posterior decretação de prisão preventiva) e trinta se estiver solto.
- D) A representação será irretratável depois de recebida a denúncia.

15. Sobre a prisão é CORRETO afirmar que:

- A) Mulher com filho de até doze anos de idade incompletos é causa de substituição da prisão preventiva pela domiciliar.
- B) O juiz poderá decretar a prisão preventiva do réu, presentes os requisitos, nos crimes dolosos e culposos punidos com pena máxima superior a quatro anos.
- C) A necessidade da prisão em flagrante deverá ser apreciada pelo juiz no momento da audiência de instrução e julgamento, pela nova sistemática processual.
- D) Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a periculosidade não é motivo para a prisão preventiva, pois não se encontra prevista no rol do art. 312 do Código de Processo Penal.

16. Acerca da prova penal, indique a opção CORRETA:

- A) O Código de Processo Penal adotou o sistema do livre convencimento motivado, excluídas as hipóteses dos sistemas da íntima convicção e prova legal ou tarifada.
- B) Quando a infração deixar vestígios é necessário o exame de corpo de delito, que poderá ser suprido pela confissão do réu.
- C) A prova colhida no inquérito policial, poderá ser utilizada pelo juiz na sentença condenatória, se for ratificada por outros elementos colhidos em juízo.
- D) As provas colhidas no inquérito policial devem ser refeitas em juízo, sob o crivo do contraditório.

17. Assinale a opção INCORRETA:

- A) Na sentença penal condenatória, o juiz poderá estabelecer um valor mínimo para reparação dos danos.
- B) Se o oficial de justiça verifica que o réu se oculta para não ser citado, caberá citação por hora certa no processo penal.
- C) A falta de justa causa é condição para rejeição da denúncia.
- D) O processo será sumaríssimo para crimes de menor potencial ofensivo, ou seja, aqueles cuja pena máxima seja inferior a quatro anos.



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Acerca da competência, em matéria processual civil, identifique a opção INCORRETA.

- A) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes, posto se tratar de hipóteses de competência absoluta.
- B) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações, posto se tratar de hipótese de competência relativa.
- C) **A incompetência absoluta deve ser alegada como questão preliminar de contestação, ao passo que a incompetência relativa exige oferecimento de exceção de incompetência.**
- D) Prorrogar-se-á a competência relativa se o réu não alegar a incompetência em preliminar de contestação.

19. Dentre outras classificações, a doutrina distingue o litisconsórcio em duas modalidades: litisconsórcio facultativo e litisconsórcio necessário. Identifique a opção em que há perfeita correspondência entre o texto da lei e a classificação doutrinária.

- A) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide – Litisconsórcio necessário.
- B) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto quando entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir – Litisconsórcio necessário.
- C) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto quando ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito – Litisconsórcio necessário.
- D) **Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes – Litisconsórcio necessário.**

20. Segundo o Código de Processo Civil, são hipóteses previstas no título das modalidades de intervenção de terceiros, EXCETO:

- A) Assistência.
- B) *Amicus Curiae*.
- C) Chamamento ao processo.
- D) **Oposição.**

21. Acerca da tutela provisória é CORRETO afirmar:

- A) A tutela provisória pode fundamentar-se exclusivamente em urgência.
- B) Na decisão que conceder, negar, modificar ou revogar a tutela provisória, o juiz está dispensado de motivação.
- C) A tutela de evidência será concedida quando houver perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- D) **É hipótese de concessão de tutela de evidência quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.**



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

22. Em relação à atuação do Ministério Público no processo civil, é INCORRETO afirmar:

- A) O Ministério Público tem legitimidade concorrente para requerer inventário, na hipótese de existir herdeiro incapaz.
- B) O Ministério Público não tem legitimidade para pleitear, em ação civil pública, a indenização decorrente do DPVAT em benefício do segurado.
- C) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.
- D) É desnecessária a atuação do Ministério Público nas execuções fiscais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Ao tratar sobre as garantias fundamentais, o legislador constituinte originário prescreveu a inviolabilidades de determinados direitos. Analise as opções abaixo e assinale a INCORRETA:

- A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, entre outras hipóteses, em caso de flagrante delito, durante o dia.
- B) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial.
- C) É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- D) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

24. Ainda sobre os direitos e garantias fundamentais, foi consagrado na Constituição Federal expressamente que a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes penas, EXCETO:

- A) Privação ou restrição da liberdade.
- B) Suspensão de bens.
- C) Multa.
- D) Prestação social alternativa.

25. São considerados remédios constitucionais, também conhecidos como tutela constitucional das liberdades, previstos expressamente pelo legislador constituinte originário no título dos direitos e garantias fundamentais, os seguintes, EXCETO:

- A) *Habeas corpus*.
- B) Ação popular.
- C) Ação civil pública.
- D) Mandado de segurança.



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

26. Nos termos constitucionais, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe dentre outras atribuições, as seguintes, EXCETO:

A) A defesa da ordem jurídica.

B) A defesa dos interesses individuais disponíveis.

C) A defesa do regime democrático.

D) A defesa dos interesses sociais.

27. De acordo com a Constituição, são funções institucionais do Ministério Público, EXCETO:

A) Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

B) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

C) Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição.

D) Promover a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Considere as assertivas:

I - A investidura em cargo público ocorre com a posse do servidor após o ato formal de nomeação do candidato aprovado.

II - O termo de posse é ato personalíssimo firmado pessoalmente pelo nomeado, o que não admite procuração.

III - A Administração Pública em sentido amplo abrange os três poderes constituídos: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário.

IV - A Administração Pública em sentido estrito abrange os órgãos administrativos e as atividades por eles exercidas.

Marque a opção CORRETA:

A) Os itens I e II estão corretos.

B) Os itens I e III estão corretos.

C) Os itens I, III e IV estão corretos.

D) Somente o item II está correto.



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

29. Considere as assertivas:

I - A divisão da Administração Pública ocorre em função da necessidade de descentralização do exercício da função administrativa.

II - A Administração Pública direta ou centralizada é aquela exercida apenas pelos órgãos do Estado.

III - A Administração Pública indireta ou descentralizada é aquela exercida por entes públicos dotados de personalidade jurídica própria e que são criados pelo Estado para prestarem serviços públicos ou de interesse público delegáveis.

IV - Em função da autonomia constitucional dos entes federados e vinculação da Administração Pública pode, a qualquer tempo, o Município instituir a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Poder Judiciário na respectiva circunscrição.

Marque a opção CORRETA:

A) Os itens I e II estão corretos.

B) Os itens I e IV estão corretos.

C) Os itens I, II e III estão corretos.

D) Os itens II, III e IV estão corretos.

30. Acerca do concurso público, é CORRETO afirmar:

A) A investidura em cargo ou emprego público para cargo em comissão depende de aprovação prévia em concurso público.

B) A prorrogação do prazo de validade do concurso público dependerá, exclusivamente, do interesse e discricionariedade da Administração Pública.

C) O candidato aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos só poderá ser preterido na ordem de classificação por questão de ordem pública e interesse social.

D) A efetivação do servidor comissionado que preste serviços perante a mesma instituição pública da Administração Direta por período superior a 10(dez) anos, é ato que dependerá de processo administrativo próprio não sujeito ao concurso público.

31. Em relação ao exercício do magistério por servidor público, é CORRETO:

A) É admissível a acumulação remunerada de cargos públicos quando houver compatibilidade de horários de dois cargos de professor.

B) Só é admissível a acumulação remunerada de cargos públicos quando houver compatibilidade de horários e desde que um cargo seja de professor e o outro seja qualquer um cargo da Administração Pública.

C) Não é admissível a acumulação remunerada de cargos públicos, razão pela qual é vedado o exercício do magistério por parte de servidor público.

D) Não é admissível a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando haja interesse da Administração Pública.



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

32. Sobre a responsabilidade civil objetiva da Administração Pública, é CORRETO:

- A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- B) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, situação que autoriza o eventual prejudicado a ingressar em juízo contra o respectivo servidor.
- C) As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Porém, tal regra não se aplica as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos.
- D) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Porém, tal regra não se aplica as pessoas jurídicas de direito público.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. Acerca da lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente, indique a opção CORRETA:

- A) Considera-se criança a pessoa com até doze anos de idade completos; e dos doze aos dezoito anos será adolescente.
- B) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, em todos os procedimentos de tutela e adoção.
- C) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.
- D) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado, com o registro da origem do ato, e o nome dos pais anteriores e dos atuais.

34. Sobre a lei 8429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, é INCORRETO afirmar que:

- A) Apenas os agentes públicos estão sujeitos à lei da improbidade administrativa, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- B) O servidor público que auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo pratica ato de improbidade administrativa de enriquecimento ilícito, cuja pena será a perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- C) Deixar o servidor público de prestar contas quando obrigado a fazê-lo, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, cuja pena será o ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
- D) A ação de improbidade prescreve em cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

35. Sobre a Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, é CORRETO afirmar que:

- A) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, desde que comprovada a culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos no produto.
- B) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em: trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis e noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- C) Uma publicidade que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança é considerada publicidade enganosa.
- D) São interesses ou direitos difusos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

36. Acerca da Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, assinale a opção INCORRETA:

- A) Idoso é a pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.
- B) O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social.
- C) Aos maiores de sessenta e cinco anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e interestadual, sem restrição de reserva de vagas.
- D) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, em qualquer instância.

37. Sobre os crimes previstos na legislação especial, indique a opção CORRETA:

- A) Não há no Estatuto do Idoso crime específico de estelionato contra idoso, sendo aplicável nestes casos o Código Penal.
- B) Há, no Estatuto do Idoso tipo penal específico de crime de roubo majorado pela idade da vítima.
- C) No caso de cobrança vexatória de dívidas, há crime específico no Código de Defesa do Consumidor, mas não há no caso de cobrança com constrangimento físico ou moral, não há, aplicando-se o Código Penal.
- D) Não há previsão de crime culposo no Código de Defesa do Consumidor.

38. Indique a alternativa abaixo que não é fato com subsunção típica prevista no Estatuto da Criança e Adolescente:

- A) Fotografar ou filmar cena pornográfica envolvendo adolescente.
- B) Divulgar fotografia ou filmagem envolvendo criança ou adolescente, pelo aplicativo *whatsapp*.
- C) Armazenar no telefone celular fotografia ou vídeo contendo cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, recebida pelo aplicativo *whatsapp*.
- D) Induzir o acesso a uma adolescente de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso.



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/94

39. O conflito de atribuições entre membros do Ministério Público é dirimido pelo(a):

- A) **Procurador-Geral de Justiça.**
- B) Colégio de Procuradores de Justiça.
- C) Conselho Superior do Ministério Público.
- D) Corregedoria-Geral.

40. São considerados órgãos auxiliares do Ministério Público:

- I - A Secretaria-Geral, o Centro de Apoio Operacional e a Comissão de Concurso.
- II - O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e as Promotorias de Justiça.
- III - Os Órgãos de Apoio Administrativo e os Estagiários.
- IV – As Procuradorias de Justiça e as Promotorias de Justiça.

Marque a opção CORRETA:

- A) **Os itens I e III estão corretos.**
- B) Os itens II e IV estão corretos.
- C) Os itens I e IV estão corretos.
- D) Somente o item IV está correto.

N
Ã
O

U
T
I
L
I
Z
A
R



XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES SUBJETIVAS (5 A 15 LINHAS)

QUESTÃO 01 (PENAL):

Diferencie crime doloso, crime culposo e crime preterdoloso.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 02 (CIVIL):

Aborde as principais mudanças sofridas pelo Código Civil em decorrência do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) no que diz respeito a capacidade civil.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 03 (CONSTITUCIONAL):

Conceitue, destacando as respectivas finalidades, os cinco doutrinariamente denominados remédios constitucionais, também conhecidos como tutela constitucional das liberdades, previstos expressamente pelo legislador constituinte originário no título dos direitos e garantias fundamentais:

R
A
S
C
U
N
H
O



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – DISSERTAÇÃO (20 A 30 LINHAS)

“O Brasil, e Roraima infelizmente se insere nesse triste contexto, vive atualmente uma epidemia de morte, maior e mais abrangente que muitas guerras, que é a barbárie dos acidentes de trânsito que matam, mutilam e sequelam centenas de milhares de pessoas sem escolher sexo, condição social ou idade.

A pena de morte do trânsito mata no país o equivalente a 118 pessoas/dia, quase cinco a cada hora, além de lesionar gravemente mais de 500 mil pessoas no último ano, segundo dados do Ministério da Saúde – Datasus/Sim.

Em Roraima, os acidentes de trânsito geram três vezes mais mortes do que as armas de fogo e são responsáveis pela perda prematura de quase duas centenas de vidas todos os anos, sobretudo de jovens - a grande maioria das vítimas fatais do trânsito são jovens entre 18 e 25 anos, além de milhares de pessoas lesionadas que superlotam os leitos hospitalares e posteriormente o Núcleo de Reabilitação Física e outros centros de tratamento.”

Com base no texto acima, elabore sua redação sobre o TEMA:

“VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO, MAL REMEDIÁVEL?”

Ao dissertar, faça uma abordagem sobre os aspectos relativos às causas e soluções da problemática, destacando a influência do direito penal neste sentido.

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O



**XIII PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO
EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O